

LEI N.º 2/2016

de 3 de Fevereiro

PRIMEIRA ALTERAÇÃO À LEI N.º 3/2004, DE 14 DE ABRIL, SOBRE PARTIDOS POLÍTICOS

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste estabelece, no seu artigo 46.º, n.º 2, o direito de todo o cidadão a constituir e participar em partidos políticos, sujeitando-se a respetiva constituição e organização aos termos que forem fixados por lei do Parlamento Nacional.

A Lei n.º 3/2004, de 14 de abril, veio estabelecer as bases fundamentais para a constituição, funcionamento e financiamento dos partidos políticos. A experiência acumulada ao longo destes anos interpela-nos no sentido da adoção de medidas visando o fortalecimento dos partidos políticos, nomeadamente daquelas que lhes assegurem uma maior representatividade e uma base de apoio sólida, suscetível de assegurar a sustentabilidade do partido e a capacidade de intervir para cumprir os desígnios consagrados no artigo 70.º da Constituição da República, como sejam, o de contribuir para a organização e expressão da vontade popular e a participação nos órgãos do poder político, bem como o de exercer o direito de oposição política.

Para atingir estes desideratos, recorre-se na presente lei, por um lado, ao aumento do número de subscrições necessárias para a formação de um partido, enquanto, por outro lado, se reforça o financiamento aos partidos políticos, através da consagração da subvenção das campanhas eleitorais, a ser atribuída de acordo com os votos obtidos no sufrágio eleitoral.

Assim,

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração à Lei n.º 3/2004, de 14 de abril

Os artigos 1.º, 6.º, 7.º, 9.º, 11.º, 12.º, 13.º, 15.º, 16.º, 17.º, 22.º e 29.º, da Lei n.º 3/2004, de 14 de abril, sobre Partidos Políticos, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 1.º

[...]

1. [...]

2. [...]

3. Não são considerados partidos políticos, para os efeitos da presente lei, as organizações sediadas ou registadas fora do território nacional, bem como aquelas em que a maior parte dos seus membros ou da sua direção tenha residência fora da República Democrática de Timor-Leste.

4. [...]

5. Verificada a circunstância prevista no número anterior, a Comissão Nacional de Eleições comunica o facto ao Supremo Tribunal de Justiça para efeitos da declaração da referida perda.

Artigo 6.º

Dirigentes dos Partidos Políticos

Podem ser dirigentes dos partidos políticos os cidadãos timorenses que tenham residência habitual no território nacional, se encontrem inscritos no recenseamento eleitoral, gozem de plenos direitos civis e políticos e sejam eleitos para os órgãos partidários, nos termos dos respetivos estatutos.

Artigo 7.º

[...]

1. [...]

2. Os partidos políticos comunicarão, por escrito, ao Supremo Tribunal de Justiça o nome, morada, número de eleitor e contacto telefónico dos dirigentes que sejam eleitos para os seus órgãos nacionais, bem como os respetivos programas aprovados ou modificados.

Artigo 9.º

[...]

1. Os partidos políticos podem associar-se em coligações, frentes ou movimentos, desde que a associação seja aprovada pelos Congressos ou Conferências Nacionais dos partidos políticos que as formarão, com indicação concreta do âmbito e finalidade dessas coligações, frentes ou movimentos.

2. [...]

3. Os partidos políticos não poderão integrar, simultaneamente, mais do que uma coligação, frente ou movimento.

Artigo 11.º

[...]

1. [...]

2. O partido político adquire personalidade jurídica por inscrição em livro próprio existente no Supremo Tribunal de Justiça.

3. Os partidos políticos terão a sua sede nacional na capital da República Democrática de Timor-Leste, devendo, no entanto, estabelecer sedes municipais em cada município.

Artigo 12.º

[...]

1. [...]

2. [...]

3. O partido político não pode usar na sua denominação as palavras veteranos e resistência.

4. Compete ao Supremo Tribunal de Justiça decidir da semelhança das denominações, siglas, bandeiras, emblemas e hinos dos partidos políticos.

Artigo 13.º
Requisitos de inscrição

1. A inscrição de um partido político é requerida por, pelo menos, vinte mil cidadãos, inscritos no recenseamento eleitoral, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, de todos os municípios, não podendo o requerimento deixar de ser subscrito por, pelo menos, mil cidadãos recenseados em cada município.
2. [...]
3. [...]
4. [...]
5. A inscrição de um partido político tem que ser requerida com pelo menos seis meses de antecedência em relação às próximas eleições.

Artigo 15.º
[...]

1. A decisão que ordena a inscrição provisória do partido político cabe ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e deve ser proferida no prazo de quinze dias, contados da entrada dos documentos referidos no artigo anterior, nos serviços do Supremo Tribunal de Justiça.
2. A decisão que ordene ou rejeite a inscrição provisória é publicitada, durante dois dias consecutivos, através da rádio nacional.
3. Da decisão que ordene ou rejeite a inscrição provisória do partido político cabe recurso para o plenário do Supremo Tribunal de Justiça, interposto no prazo de cinco dias, contados do termo do prazo referido no número anterior, pelos requerentes da inscrição do partido político ou pelo Ministério Público.
4. O recurso é decidido no prazo de dez dias.
5. [...]
6. [...]
7. [...]

Artigo 16.º
[...]

1. [...]
 - a) [...]
 - b) [...]
 - c) [...]

- d) [...]
- e) [...]
- f) [...]
- g) Receber uma subvenção do Estado para as campanhas eleitorais atribuída depois das eleições e de acordo com o número de votos obtidos pelo partido, a fixar por diploma do Governo entre um mínimo de 1 dólar americano e um máximo de 10 dólares americanos por cada voto obtido.
- h) [anterior alínea g)].

Artigo 17.º
[...]

1. Os partidos políticos têm os seguintes deveres:
 - a) [...]
 - b) Comunicar ao Supremo Tribunal de Justiça quaisquer alterações aos Estatutos, Programa do Partido, identidade dos dirigentes partidários, mudança de endereço da sede nacional, alteração da respetiva simbologia, fusão ou a sua associação em coligações, frentes ou movimentos;
 - c) [...]
 - d) [...]
2. [...]

Artigo 22.º
[...]

É proibido aos partidos políticos aceitar donativos de:

- a) [...]
- b) [...]
- c) [...]
- d) [...]
- e) [...]
- f) [...]
- g) [...]

Artigo 29.º
Instalação e funcionamento do Supremo Tribunal de Justiça

Enquanto o Supremo Tribunal de Justiça não estiver instalado e iniciar funções, as competências previstas na presente lei serão exercidas transitória e temporariamente pelo Tribunal de Recurso.»

Artigo 2.º
Republicação

É republicada em anexo à presente lei, da qual faz parte integrante, a Lei n.º 3/2004, de 14 de abril, com a redação atual.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 27 de outubro de 2015.

O Presidente do Parlamento Nacional,

Vicente da Silva Guterres

Promulgada em 28 de janeiro de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak

ANEXO
(a que se refere o artigo 2.º)

Republicação da Lei n.º 3/2004, de 14 de abril
Lei sobre Partidos Políticos

Os partidos políticos catalisam e organizam a participação do cidadão na vida política do país e é hoje inquestionável que o multipartidarismo constitui uma das traves mestras da democracia contemporânea.

Neste contexto, importa definir as regras de ação partidária de forma a garantir o correto funcionamento dos partidos políticos no nosso país.

O Parlamento Nacional decreta, nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 95.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Noção

1. Os partidos políticos são organizações de cidadãos de carácter permanente, com o objetivo de participar democraticamente na vida do país e de concorrer para a formação e expressão da vontade política do povo, em conformidade com as leis e com os respetivos estatutos e programas, intervindo nomeadamente no processo eleitoral mediante a apresentação ou o patrocínio de candidaturas.
2. Os partidos políticos têm personalidade jurídica e capacidade judiciária e são exclusivamente constituídos por cidadãos nacionais.
3. Não são considerados partidos políticos, para os efeitos da presente lei, as organizações sediadas ou registadas fora do território nacional, bem como aquelas em que a maior parte dos seus membros ou da sua direção tenha residência fora da República Democrática de Timor-Leste.
4. Perde o estatuto de partido político a organização que não participar com programa próprio em nenhuma eleição a nível local ou nacional por um período de tempo superior a cinco anos.
5. Verificada a circunstância prevista no número anterior, a Comissão Nacional de Eleições comunica o facto ao Supremo Tribunal de Justiça para efeitos da declaração da referida perda.

Artigo 2.º
Objetivos

1. Os partidos políticos têm de entre outros os seguintes objetivos comuns:
 - a) Defender os interesses nacionais;
 - b) Contribuir para o exercício dos direitos políticos do cidadão e para a determinação da política nacional designadamente através da participação em eleições ou através de outros meios democráticos;
 - c) Definir programas de governo e de administração;
 - d) Participar na atividade dos órgãos de Estado e dos órgãos locais;
 - e) Promover a educação cívica e o esclarecimento e doutrinação política dos cidadãos;
 - f) Debater os problemas da vida nacional e internacional e tomar posição perante eles;
 - g) Contribuir em geral para o desenvolvimento das instituições políticas.
2. Os partidos políticos têm como objetivo específico promover

e garantir as aspirações dos seus membros e dos cidadãos, no contexto da vida social.

Artigo 3.º
Associações cívicas

1. As associações ou quaisquer outras formas de organização da sociedade civil que prossigam alguns dos fins previstos no artigo antecedente, não se confundem com os partidos políticos, nem beneficiam do seu estatuto.
2. É vedado às organizações da sociedade civil prosseguir os fins previstos nas alíneas b) e c) do artigo anterior, que são exclusivos aos partidos políticos.

Artigo 4.º
Organizações associadas

Os partidos políticos podem constituir ou associar à sua ação a organizações, nomeadamente, da juventude, da mulher e dos trabalhadores.

Artigo 5.º
Filiação partidária

1. A adesão a um partido político é voluntária sendo cada cidadão livre de se filiar ou não num partido político.
2. Ninguém pode estar inscrito simultaneamente em mais de um partido político.

Artigo 6.º
Dirigentes dos Partidos Políticos

Podem ser dirigentes dos partidos políticos os cidadãos timorenses que tenham residência habitual no território nacional, se encontrem inscritos no recenseamento eleitoral, gozem de plenos direitos civis e políticos e sejam eleitos para os órgãos partidários, nos termos dos respetivos estatutos.

Artigo 7.º
Princípio da transparência

1. Os partidos políticos devem prosseguir publicamente os seus fins dando conhecimento dos seus estatutos e programas políticos, da identidade dos seus dirigentes, proveniência e utilização dos fundos e das atividades gerais a nível nacional e internacional.
2. Os partidos políticos comunicarão, por escrito, ao Supremo Tribunal de Justiça o nome, morada, número de eleitor e contacto telefónico dos dirigentes que sejam eleitos para os seus órgãos nacionais, bem como os respetivos programas aprovados ou modificados.

Artigo 8.º
Princípios da promoção da mulher e do rejuvenescimento do partido

1. Os partidos políticos devem promover a participação feminina especialmente nos órgãos de direção do partido definindo, se assim o entenderem, um sistema de quotas

ou outras medidas que promovam a participação da mulher nas atividades político-partidárias.

2. Os partidos políticos devem promover igualmente a participação dos cidadãos mais jovens, da faixa etária compreendida entre os 17 e os 35 anos nos órgãos de direção do partido, definindo se for caso disso, um sistema de quotas.

Artigo 9.º
Coligações, Frentes ou Movimentos

1. Os partidos políticos podem associar-se em coligações, frentes ou movimentos, desde que a associação seja aprovada pelos Congressos ou Conferências Nacionais dos partidos políticos que as formarão, com indicação concreta do âmbito e finalidade dessas coligações, frentes ou movimentos.
2. Seja qual for a natureza da associação, deverá ser feita em conformidade com a presente lei, não podendo em nenhum modo utilizar a denominação, a sigla, a bandeira, o emblema e o hino semelhante a de outro partido não integrante da coligação, frente ou movimento.
3. Os partidos políticos não poderão integrar, simultaneamente, mais do que uma coligação, frente ou movimento.

Artigo 10.º
Adesão a organizações internacionais

Os partidos políticos timorenses podem cooperar com partidos políticos estrangeiros e aderir a organizações internacionais de estrutura e funcionamento democráticos, sem prejuízo da sua independência e capacidade de intervenção político-constitucional.

Artigo 11.º
Criação e sede

1. A criação dos partidos políticos não carece de autorização.
2. O partido político adquire personalidade jurídica por inscrição em livro próprio existente no Supremo Tribunal de Justiça.
3. Os partidos políticos terão a sua sede nacional na capital da República Democrática de Timor-Leste, devendo, no entanto, estabelecer sedes municipais em cada município.

Artigo 12.º
Denominação

1. A denominação, sigla, bandeira, emblema e hino de um partido não podem ser idênticos ou semelhantes a de quaisquer outros partidos anteriormente existentes.
2. A denominação do partido não poderá constituir no nome de uma confissão religiosa ou de uma pessoa, não podendo o seu símbolo confundir-se com símbolos nacionais e imagens religiosos.
3. O partido político não pode usar na sua denominação as palavras veteranos e resistência.

4. Compete ao Supremo Tribunal de Justiça decidir da semelhança das denominações, siglas, bandeiras, emblemas e hinos dos partidos políticos.

Artigo 13.º

Requisitos de inscrição

1. A inscrição de um partido político é requerida por, pelo menos, vinte mil cidadãos, inscritos no recenseamento eleitoral, no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos, de todos os municípios, não podendo o requerimento deixar de ser subscrito por, pelo menos, mil cidadãos recenseados em cada município.
2. O pedido de inscrição é subscrito pelos requerentes e dirigido ao Ministro da Justiça acompanhado da relação nominal dos requerentes, dos documentos comprovativos da identidade dos mesmos, bem como do projeto de estatutos, programa, denominação, sigla, bandeira, emblema e hino do partido.
3. Para os efeitos da presente lei, a comprovação da identidade dos requerentes faz-se através da junção de fotocópias autenticadas de BI, ou de passaporte nacional, ou da certidão de nascimento, ou da cédula pessoal, ou da certidão de batismo, ou da certidão de casamento.
4. A autenticação das fotocópias, bem como o reconhecimento das assinaturas e das impressões digitais dos requerentes que não saibam ou possam assinar é feita pelo funcionário competente do registo civil.
5. A inscrição de um partido político tem que ser requerida com pelo menos seis meses de antecedência em relação às próximas eleições.

Artigo 14.º

Indeferimento do pedido de registo

1. No caso de indeferimento do pedido de registo do partido, cópia do despacho de indeferimento deve ser transmitida com as explicações das razões do indeferimento.
2. Face ao indeferimento, os requerentes poderão introduzir as correções, quando solicitadas, ou recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça para reapreciação do pedido.

Artigo 15.º

Publicidade da inscrição

1. A decisão que ordena a inscrição provisória do partido político cabe ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e deve ser proferida no prazo de quinze dias, contados da entrada dos documentos referidos no artigo anterior, nos serviços do Supremo Tribunal de Justiça.
2. A decisão que ordene ou rejeite a inscrição provisória é publicitada, durante dois dias consecutivos, através da rádio nacional.
3. Da decisão que ordene ou rejeite a inscrição provisória do partido político cabe recurso para o plenário do Supremo

Tribunal de Justiça, interposto no prazo de cinco dias, contados do termo do prazo referido no número anterior, pelos requerentes da inscrição do partido político ou pelo Ministério Público.

4. O recurso é decidido no prazo de dez dias.
5. Se a inscrição tiver sido recusada por incumprimento do disposto no n.º 1 e 2 do artigo 5.º e o partido político proceder à substituição, no prazo de quarenta e oito horas, de forma a vir a ser ordenada a sua inscrição, esta considerar-se-á feita na data da decisão inicial que recusou a inscrição.
6. A decisão sobre a alteração ou substituição de propostas deve ser tomada pelo Presidente do Supremo Tribunal de Justiça no prazo de quarenta e oito horas.
7. A decisão final é publicada no Jornal da República e divulgada durante três dias consecutivos na rádio nacional.

CAPÍTULO II

DIREITOS E DEVERES DOS PARTIDOS

Artigo 16.º

Direitos

Os partidos políticos têm os seguintes direitos:

- a) Prosseguir livre e publicamente os objetivos para que foram constituídos;
- b) Divulgar livre e publicamente a sua linha política e ideológica através dos meios de comunicação social e quaisquer outros permitidos por lei;
- c) Concorrer a eleições dentro das condições fixadas na lei eleitoral;
- d) Definir e divulgar os seus projetos e programas de governação;
- e) Apreciar criticamente os atos do Governo e da administração pública;
- f) Adquirir a título gratuito ou onerosos os bens móveis e imóveis indispensáveis à prossecução dos seus fins;
- g) Receber uma subvenção do Estado para as campanhas eleitorais atribuída depois das eleições e de acordo com o número de votos obtidos pelo partido, a fixar por diploma do Governo entre um mínimo de 1 dólar americano e um máximo de 10 dólares americanos por cada voto obtido;
- h) Quaisquer outros consagrados na lei.

Artigo 17.º

Deveres específicos

1. Os partidos políticos têm os seguintes deveres:
 - a) Respeitar a Constituição e as leis;
 - b) Comunicar ao Supremo Tribunal de Justiça quaisquer

alterações aos Estatutos, Programa do Partido, identidade dos dirigentes partidários, mudança de endereço da sede nacional, alteração da respetiva simbologia, fusão ou a sua associação em coligações, frentes ou movimentos;

c) Possuir as necessárias contas bancárias;

d) Publicar anualmente as contas, depois de auditadas.

2. Os partidos políticos estão especialmente proibidos de :

a) Recorrer à violência ou preconizar o uso da força para alterar a ordem política e social do país;

b) Fomentar ou difundir ideologias ou políticas separatistas, integracionistas, discriminatórias, antidemocráticas, racistas, regionalistas, ou fascistas.

CAPÍTULO III FUNCIONAMENTO INTERNO

Artigo 18.º Regras democráticas

A organização interna dos partidos políticos deve obedecer a regras democráticas básicas designadamente às que se seguem:

a) Os objetivos políticos, estruturação interna e modo de funcionamento devem constar dos respetivos estatutos e programa político;

b) Os estatutos e programas políticos do partido devem ser aprovados pela totalidade dos membros filiados ou pelos órgãos representativos;

c) Os titulares dos órgãos de direção só podem ser eleitos, por voto direto e secreto de todos os filiados ou de assembleia deles representativa;

d) As decisões dos órgãos só são vinculativas quando esteja reunido o quórum para deliberar que consiste na presença de metade mais um de todos os membros do órgão em questão, a menos que a lei ou os estatutos estipulem quórum mais qualificado;

e) As decisões são tomadas por maioria simples, a menos que a lei ou estatutos exijam maioria qualificada;

f) Não pode ser negada a admissão ou excluída a filiação com base na raça, sexo, etnia, religião ou posição social.

Artigo 19.º Congresso e Conferência Nacional dos partidos

1. Os partidos políticos podem criar os órgãos que julgarem necessários para a prossecução dos seus objetivos, devendo ter pelo menos, um órgão central representativo, com funções deliberativas.

2. O Congresso ou a Conferência Nacional dos partidos é o

mais alto órgão deliberativo a nível nacional, com pelo menos dois terços dos seus delegados diretamente eleitos pelos respetivos círculos partidários, assegurando a participação e a representatividade das bases.

3. O Congresso ou Conferência Nacional tem competência exclusiva para proceder à aprovação dos estatutos e programas políticos, decidir sobre a fusão com outros partidos, a sua entrada em coligações ou plataformas político-partidárias, delimitando o âmbito, objetivo e duração de tais plataformas ou coligações.

4. O Congresso ou Conferência reúne-se regularmente com um intervalo máximo de quatro anos.

Artigo 20.º Fiscalização interna

1. Os estatutos dos partidos políticos devem prever órgãos de fiscalização e controlo interno das contas da sua atividade, bem como das contas relativas às campanhas eleitorais em que participarem.

2. Os responsáveis das estruturas descentralizadas dos partidos devem fornecer informação regular das suas contas aos responsáveis nacionais e acatar as suas instruções, para o correto cumprimento da presente lei, sob pena de responsabilização pessoal.

CAPÍTULO IV FINANCIAMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS E APRESENTAÇÃO DE CONTAS

Artigo 21.º Fontes de financiamento

1. As fontes de financiamento dos partidos políticos compreendem receitas próprias, receitas provenientes de financiamento privado.

2. Constituem receitas próprias:

a) As quotas e outras contribuições dos membros do partido;

b) O produto de atividades de angariação de fundos desenvolvidas pelo partido;

c) Os rendimentos provenientes do património do partido;

d) O produto de empréstimos.

3. Constituem receitas de financiamento privado:

a) Os donativos de pessoas singulares;

b) O produto de herança ou legados.

Artigo 22.º Financiamentos proibidos

É proibido aos partidos políticos aceitar donativos de :

- a) Empresas públicas;
 - b) Sociedades com capital exclusivo ou maioritariamente do Estado;
 - c) Empresas concessionárias de serviços públicos;
 - d) Pessoas coletivas de utilidade pública ou dedicadas a atividades de beneficência ou de fim religioso;
 - e) Associações profissionais, sindicais ou patronais;
 - f) Fundações;
 - g) Governos ou pessoas coletivas estrangeiras.
- b) A discriminação das receitas que inclui as previstas no artigo 20.º;
 - c) A discriminação das despesas, que inclui:
 - i. Despesas com o pessoal;
 - ii. Despesas com aquisição de bens;
 - iii. Encargos financeiros com empréstimos;
 - iv. Outras despesas com as atividades do partido.
 - d) A discriminação das operações de capital referente a:
 - i. Investimentos;
 - ii. Devedores e credores.

Artigo 23.º
Benefícios fiscais

1. Os partidos políticos beneficiam, para além do que vier a ser contemplado em lei especial, de isenção de preparos e custas judiciais.
2. As isenções referidas no número anterior não abrangem as atividades económicas de natureza empresarial.

Artigo 24.º
Suspensão dos benefícios

1. Os benefícios previstos no artigo anterior são suspensos se:
 - a) O partido se abster de concorrer às eleições gerais;
 - b) O partido for incapaz de eleger um único representante nas eleições gerais.
2. A suspensão termina quando em próximas eleições o partido conseguir fazer-se representar.

Artigo 25.º
Regime financeiro

Os partidos políticos devem possuir contabilidade organizada de modo a que seja possível conhecer a sua situação financeira e verificar o cumprimento das obrigações previstas na lei.

Artigo 26.º
Publicidade das contas

As contas dos partidos devem ser publicadas gratuitamente no Jornal da República acompanhadas do parecer do órgão estatutário competente para a sua revisão.

Artigo 27.º
Organização contabilística

A organização contabilística dos partidos deve obedecer às regras de uma contabilidade saudável e conter especialmente:

- a) O inventário anual do património do partido quanto a bens imóveis e móveis sujeitos a registo;

Artigo 28.º
Sanções

1. Sem prejuízo da responsabilidade criminal ou civil que possa ter lugar, os partidos políticos que não cumprirem com as obrigações impostas neste capítulo estão sujeitos ao pagamento de uma multa graduável pelo tribunal entre o valor mínimo de US \$1,500 (mil e quinhentos dólares americanos) e o máximo de US \$25.000 dólares americanos.
2. O produto das multas reverte a favor do Estado.

CAPÍTULO V
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 29.º
Instalação e funcionamento do Supremo Tribunal de Justiça

Enquanto o Supremo Tribunal de Justiça não estiver instalado e iniciar funções, as competências previstas na presente lei serão exercidas transitoriamente pelo Tribunal de Recurso.

Artigo 30.º
Autenticação de documentos e reconhecimento de assinaturas

1. A autenticação de documentos e a certificação de assinaturas, incluindo as assinaturas a rogo, competem aos serviços de registo civil.
2. A autenticação e o reconhecimento dos documentos e assinaturas é feito em língua tétum ou em língua portuguesa.

Artigo 31.º
Reconhecimento dos partidos políticos já registados

Os partidos políticos registados no tempo da UNTAET têm-se como existentes, devendo, contudo, voltar a registar-se para as próximas eleições em conformidade com a presente lei.

Artigo 32.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 10 de fevereiro de 2004.

O Presidente do Parlamento Nacional

Francisco Guterres “Lu-Olo”.

Promulgado em 25 de março de 2004

Publique-se

O Presidente da República

Kay Rala Xanana Gusmão